



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião
do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas**

Palácio do Planalto, 26 de outubro de 2010

Bem, primeiro, cumprimentar o meu querido companheiro Pinguelli, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas,

Cumprimentar os companheiros ministros aqui presentes, o Carlos Eduardo Esteves, ministro-chefe interino da Casa Civil; o Celso Amorim, das Relações Exteriores; o Wagner Rossi, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Marcio Zimmermann, de Minas e Energia; o José Machado, que acaba de falar com vocês; o Sergio Rezende, de Ciência e Tecnologia; o Samuel Pinheiro Guimarães, de Assuntos Estratégicos; o companheiro Guilherme Cassel, que foi embora antes de me ouvir, por isso vai sofrer uma penalidade,

Quero cumprimentar todos os companheiros e companheiras que participam do Fórum,

Cumprimentar a imprensa,

E dizer para vocês que diferentemente de todo mundo, que foi muito rápido, eu... meu discurso aqui está um pouco grande. Mas antes de falar o que está escrito aqui, eu queria dizer para vocês que o Brasil viveu um momento extraordinário quando nós fomos a Copenhague no ano passado. Todo mundo sabe que foi uma decisão extremamente importante a decisão do Brasil de criar uma meta para que nós mesmos cumpríssemos. Essas metas já foram aprovadas pelo Congresso Nacional. E quando nós chegamos a Copenhague nós tivemos uma surpresa, porque todos os países ricos queriam uma audiência com o Brasil e, no fundo, no fundo, todos eles estavam sabendo que o Brasil era o único país que tinha evoluído, que tinha feito uma proposta e



que estava disposto a cumprir as suas metas. O restante, era cada um tentando desfazer os compromissos que eles tinham assumido um tempo atrás. Tinha pessoas que queriam desfazer o Protocolo de Quioto, tinha os americanos que não queriam fazer absolutamente nada e, para não fazer nada, queriam jogar os chineses como se fossem o bode expiatório da emissão dos gases de efeito estufa. Nós não aceitamos que os chineses pagassem o pato, porque embora os chineses sejam os maiores... um dos grandes países poluidores, hoje, a industrialização deles começou agora há pouco. Nós queríamos que os outros pagassem pelo tempo que já emitiram os gases de efeito estufa.

O dado concreto é que foi um momento de ouro para o Brasil, porque mostrou que o Brasil estava preparado, mostrou que o Brasil estava apto a fazer a discussão. E a verdade é que foi o Brasil, no final, que junto com a Índia, junto com a China e junto com a África do Sul, tentou fazer um ponto de equilíbrio para que nós não saíssemos de lá totalmente derrotados e frustrados a [perante a] sociedade, eu diria, do mundo inteiro.

Então, esse foi um momento de ouro para o Brasil, em Copenhague, e foi um momento também que nos colocou na vanguarda do debate ambiental. Sempre apareciam os alemães, sempre apareciam os noruegueses, sempre apareciam os franceses, sempre aparecia um país nórdico, um país europeu dizendo o que a gente tinha que fazer. Quando nós fizemos a nossa proposta, nós descobrimos que eles não tinham o que fazer e estavam longe de cumprir aquilo que a gente estava... que estávamos nos propondo cumprir.

Eu lembro que numa discussão os europeus falavam: “Não, porque nós estamos propondo 20[%], mas nós poderemos chegar a até 30[%]”. Isso em reuniões que eu não fazia nem no tempo de sindicalista, aquelas que começam à meia-noite e vão até as 4h da manhã, presidente da República escrevendo artigo, mudando vírgula. Quando eu disse: olha, não é possível que vocês queiram barganhar às 3h da manhã. Ou é 20[%] ou é 30[%]. Digam o que



vocês querem, porque não dá para a gente ficar à mesa discutindo mais isso. E foi graças ao nosso comportamento e ao comportamento do G-77, sobretudo liderado pela maioria dos países africanos, que a gente conseguiu um ponto de equilíbrio e fazer com que os grandes não fossem tão grandes, não fossem tão arrogantes, fossem mais humildes e se sentassem à mesa para conversar conosco e tentar construir uma saída para aquele encontro.

Eu acho que agora nós temos uma outra tarefa, que é a COP-16, em Cancún. Eu não espero que os grandes líderes do mundo compareçam, porque eu acho que como não tem acordo, possivelmente ninguém queira se expor. Certamente, aqueles que não são tão importantes, como o Brasil, nós estaremos lá com as nossas propostas, porque embora a gente possa não conquistar em Cancún, vai ficando para a história a construção da política climática que o Brasil está desafiando o mundo a fazer.

Bem, eu disse tudo isso para dizer para vocês que esta reunião mostra que o Brasil pode se orgulhar, e muito, das políticas ambientais que vem adotando nos últimos anos. A agenda exposta e debatida aqui, voltada para as mudanças climáticas, sintetiza os esforços e os resultados de uma série de ações que vêm sendo conduzidas com sucesso pelo nosso governo, em parceria com amplos setores da sociedade brasileira. Estou falando de ações que vão desde a redução do desmatamento, até a opção por uma agricultura de baixo carbono, e que passam pelo fortalecimento de uma matriz energética reconhecidamente limpa e renovável.

Essas políticas, definidas a partir de uma inserção soberana no cenário internacional, possibilitaram ao Brasil ocupar um papel de vanguarda no conjunto das nações que procuram, verdadeiramente, combater as mudanças climáticas.

Somos hoje um dos países que mais têm resultados concretos para mostrar, nesse sentido. Ainda em 2009 fomos os primeiros a assumir compromissos voluntários para a redução dos gases de efeito estufa. Esse



pioneirismo ajudou a criar um importante movimento que contou com a participação de muitas outras nações parceiras que assumiram compromissos semelhantes. Sabemos que a Conferência de Copenhague, a COP-15, não resultou, infelizmente, em um acordo vinculante, com adesão de todos os países. Tenho a convicção, contudo, de que ela demonstrou ser possível estabelecer um conjunto de compromissos e uma agenda global de transformação.

Naquela ocasião, o Brasil apresentou uma resposta ousada e concreta e assumiu sua responsabilidade frente às emissões de gases de efeito estufa. E fizemos isso sem abdicar do nosso direito de crescer economicamente e promover a inclusão social da grande maioria do nosso povo. O combate ao aquecimento global é, sim, compatível com o crescimento econômico sustentável e com o combate à pobreza e à desigualdade.

Os países todos têm responsabilidades comuns no que se refere às mudanças do clima. Mas essas responsabilidades devem ser assumidas de modo a refletir o nível de desenvolvimento industrial e o acúmulo de riquezas de cada um deles.

Meus companheiros e companheiras,

Quando estivemos em Copenhague, vinculamos mais de 80% de nossos compromissos de redução da emissão de gases de efeito estufa a duas agendas: à agricultura e ao desmatamento, atividades que são responsáveis pela grande maioria das emissões em nosso país. Podemos afirmar que esses compromissos estão sendo cumpridos e as metas amplamente superadas. O Brasil, mesmo vivendo um momento de grande crescimento econômico, tem o menor índice de desmatamento dos últimos 21 anos. Desde que o programa de prevenção e controle ao desmatamento da Amazônia [Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal] foi instituído, em 2003, evitamos a emissão de 2,9 bilhões de toneladas de dióxido de carbono. Se mantivermos esse ritmo – e tenho certeza de que isso acontecerá – a meta



anunciada na COP-15 será antecipada em quatro anos, ou seja, teremos reduzido em 80% o desmatamento ainda em 2016 e não em 2020, como nós estávamos prevendo.

Nenhum país reduziu tão rapidamente suas emissões de gases de efeito estufa como o Brasil e nenhum país vai dar tamanha contribuição ao Planeta como o Brasil. Essa expressiva queda no desmatamento e, por consequência, das emissões só está sendo possível porque investimos em métodos avançados de monitoramento, fortalecemos e moralizamos os órgãos de controle ambiental, e fomos duros contra a corrupção e contra aqueles que eram coniventes com o desmatamento ilegal.

Já prendemos mais de 600 pessoas envolvidas com atividades ilícitas em nossas florestas e realizamos 649 operações de fiscalização. Aplicamos R\$ 7,7 bilhões de multa, restringimos a atividade econômica com um alto impacto, cortando o crédito rural para propriedades sem regularidade ambiental.

Além disso, o meio rural brasileiro está em pleno processo de transformação para se tornar palco de uma agricultura de baixo carbono. Com isso, nossa produção irá responder aos três grandes desafios neste século: mudança de clima, segurança alimentar e segurança energética.

Aqui eu queria dizer uma coisa importante para vocês, que foi o comportamento do Ministério do Meio Ambiente e de outros Ministérios do governo no trato dessa questão da agricultura. Nós tínhamos um problema sério quando nós criamos o Arcoverde... o Arco de Fogo. Nós tínhamos um problema sério, que era aquela ideia de apenas utilizar as palavras “proibir, prender, multar”, sem que a gente estabelecesse uma política de conversação para envolvimento dos governos estaduais e dos prefeitos das cidades e dos estados que mais desmatavam. O resultado disso é extraordinário, porque é muito bonito a gente ver na televisão, quando se paga aos pequenos produtores de Nova Iorque para que eles não matem as suas nascentes, para que a água chegue límpida e gostosa para os nova-iorquinos beberem. E aqui



no Brasil, em vez de a gente estabelecer, enquanto governo federal, uma política – junto com o governo do estado e junto com o município – de provar ao município que é vantajoso financeiramente ele cuidar de preservar, ele não permitir que derrubem, ele tentar evitar que acabem com as nascentes... nós temos que dar a contrapartida, a sociedade precisa contribuir com isso. E quando nós começamos a chamar os prefeitos aqui para conversar com eles, nós aprendemos que o sucesso da nossa operação foi muito mais exitoso, porque eles estavam vendo em nós, do governo federal, no Ministério do Meio Ambiente, um parceiro tentando construir uma coisa a mais, e não um inimigo tentando achar um crime cometido por ele, para que a gente pudesse puni-lo. Eu acho que, portanto, nós aprendemos uma lição. O empresário agrícola brasileiro também aprendeu uma lição enorme: à medida que o Brasil vira um país importante na exportação de produtos agrícolas, as pessoas percebem que cuidar do clima passa a ser uma vantagem comparativa para os produtos brasileiros, em disputa com outros países que não cuidavam corretamente do clima.

Então, as pessoas estão percebendo que não é apenas a ideia do governo proibir, do governo não deixar, do governo ser de esquerda ou de direita. Acontece que o Planeta está exigindo que a gente tenha os cuidados necessários, e todo mundo está percebendo que pode dar uma contribuição extraordinária. Eu acho que essa é uma coisa que nós estamos conquistando rapidamente, daí porque o meu otimismo que, nos próximos anos, a gente tenha mais unidade para enfrentar essa guerra. Uma guerra contra o Brasil, que é uma guerra comercial, uma guerra comercial. Quando o Brasil era um país vendedor de carne e era insignificante, ninguém falava mal da carne brasileira. Mas na hora em que o Brasil começa a competir e começa a derrubar países importantes, exportadores de carne, eles começam a dizer que é a carne brasileira que está desmatando a Amazônia, que é a carne brasileira que está responsável por isso ou por aquilo, que é um a competição comercial.



Poucos deles têm o zoneamento agroecológico que nós fizemos, sobre a cana-de-açúcar, no Brasil inteiro, evitando que chegue perto do Pantanal, que chegue à Amazônia. Todos nós sabemos que foi importante a gente produzir o Zoneamento Agroecológico da Palma, que a gente vai utilizar aí todos os milhões de hectares de terras degradadas que tiver no Norte do país para recuperar com palma africana, que é uma coisa extremamente importante para comida, para cosmético, e, sobretudo para combustível limpo. Em vez de você correr do mau cheiro de um carro a diesel, você vai ver uma coisinha frita, gostosa, que você quer comer ali, de dendê. Vai pensar que é até uma moqueca baiana, quando ligar o motor do carro.

Pois bem, então eu acho que todo mundo está avançando. O ministro da Agricultura está aqui, o Wagner Rossi sabe que quando nós começamos a introduzir a questão da cana-de-açúcar e o etanol como combustível de verdade e a criar o *flex-fuel*, nós chamamos os empresários para que a gente transformasse a atividade agrícola da cana... que a gente humanizasse ela. E passamos a discutir – coordenada pelo ministro Luiz Dulci – uma mesa de negociação com os trabalhadores [empresários], para que a gente pudesse garantir que os trabalhadores da cana-de-açúcar não fossem vendidos para o exterior como se fossem escravos, ou seja, que se criassem condições. E isso está tendo um avanço extraordinário, sem precisar nenhuma briga, apenas uma boa conversa. A maioria dos empresários está aderindo, os sindicalistas estão aderindo, e nós estamos construindo, de forma voluntária, uma coisa que a gente não conseguiu construir em muitas décadas, em guerra, numa demonstração de que – imaginem, logo eu, falando isso! – um bom acordo vale mais do que uma briga, às vezes, insensata.

Se nós consagrarmos o acordo, eu acho, Wagner, que nós daremos um passo extraordinário para humanizar, definitivamente, o corte de cana, que vai terminar sendo extinto, porque eu sou defensor de que a máquina possa ocupar o corte de cana e aquele trabalhador ser profissionalizado para fazer



uma atividade menos penosa do que aquela que é o corte de cana.

Além disso, nós criamos o Pronaf Sustentável, as linhas de crédito que financiam florestas plantadas e o Programa da Palma Sustentável [Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no Brasil]. O Plano Agrícola e Pecuário prevê, já para a safra 2010/2011, linhas de crédito de R\$ 2 bilhões exclusivamente para o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, programa que já tem uma sigla – aqui vocês sabem que a gente primeiro cria a sigla, depois a gente cria o programa –, é o Programa ABC, ou seja, Agricultura de Baixa Emissão de Carbono. A burocracia, se não tiver uma sigla, não é burocracia, gente, tem que ter.

Ao mesmo tempo... quem vai fazer teste de concurso, para trabalhar no setor público, logo, logo vai ter uma prova que vai dizer aqui se ele sabe o que é ABC, e, se ele não souber, eu já estou sabendo.

Ao mesmo tempo, reunimos diversos ministérios, entidades da agricultura empresarial e da agricultura familiar e organizações não governamentais da área ambiental, com o objetivo de construir um plano setorial que aponta para essa nova agricultura brasileira.

Meus caros companheiros e companheiras: a partir da COP-15, montamos um forte aparato normativo que dá sustentação à nossa agenda. É o caso da lei que institui a Política Nacional sobre Mudanças do Clima e do decreto que acabei de assinar, regulamentando o Fundo de Mudanças Climáticas.

A Segunda Comunicação Nacional, apresentada hoje neste Fórum, oferece um quadro detalhado das emissões brasileiras e, certamente, nos ajudará a tornar o seu monitoramento ainda mais eficiente. Quando a gente quiser, agora, saber das informações das emissões de gases no Brasil, a gente não tem que procurar um “departamento de energia” dos Estados Unidos. A gente pega aqui, no nosso Pinguelli, no nosso Ministério de Minas e Energia, no Inpe, pega... sei lá aonde a gente pega, mas a gente pega em algum lugar,



aqui dentro! Estamos nacionalizando os nossos serviços de informação, em vez de ficar pedindo informações para os outros.

Também apresentamos aqui os sumários dos planos setoriais para concretizar os objetivos voluntários de mitigação estabelecidos em 2009. Todos esses passos são fundamentais para implantar uma nova estratégia nacional para o desenvolvimento brasileiro. Uma estratégia que preserve nossa biodiversidade, potencialize nossas vantagens naturais e crie condições para que a qualidade ambiental dos nossos produtos seja um diferencial cada vez maior, em termos de competitividade. Uma estratégia que também consolide nossa posição de liderança no domínio de tecnologias sustentáveis, a exemplo do que ocorre com os biocombustíveis, os *flex-fuel* e a geração de energia, o plástico verde, entre outras coisas.

Vocês estão lembrados que, no ano passado, eu andei o mundo com um carrinho, um carrinho de plástico, era o primeiro plástico verde feito do etanol, era um produto químico feito do etanol. E eu andava com aquilo porque era orgulho do povo brasileiro a gente estar fazendo um plástico químico... pegar um... fazer um plástico de um produto... que a gente fazia do petróleo. Eu falei: Bom, isso é importante. Só que eu estranhei, porque o cara falava “carro verde”, a história que iria ter o primeiro carro verde Brasil e Toyota... o Brasil... A empresa brasileira do plástico verde e uma empresa japonesa, acho que a Toyota, iriam fazer o primeiro carro verde do mundo. E eu passei a andar com o carro verde. Um dia, eu disse para o dono da empresa: Espera aí, mas não dá para pintar esse “desgraçadinho” aqui de verde, não? Porque eu estou falando de carro verde e o carro é branco! Está aqui, todo mundo está percebendo que é branco! Um especialista sabe, mas e o povão que está vendo eu falar de carro verde aqui? Eu parei de andar com o carro, mas esses dias nós fomos lá inaugurar a fábrica, e logo, logo, nós vamos ter o primeiro carro verde. Quando você entrar no carro, em vez de passar um pano, passa a língua, sente um pouquinho do cheiro do etanol e pode dirigir, com uma



plaquinha escrito: “Se beber, não dirija”.

Bem, nós temos todas as condições de consolidar nossa posição de vanguarda entre os países que trilham o caminho do desenvolvimento sustentável. Não preciso repetir aqui que nossa matriz energética é a mais limpa do mundo. E isso deixa os gringos com inveja da gente, porque a OCDE tem apenas 13% de toda a sua energia limpa, a nossa matriz total é de 47[%], a nossa matriz energética é de 85[%]. É isso, ô Zimmermann?

E eu nem contei para vocês que eu ia trazer aqui duas garrafinhas. Nós temos um problema com o combustível da Petrobras, que era muito poluente, é muito enxofre. A Petrobras, desde que eu assumi a Presidência, já investiu R\$ 23 bilhões, todas as suas refinarias foram readaptadas, e agora nós estamos produzindo óleo diesel de 50 ppm. Caímos de 1.500 para 50 ppm. Coisa chique, para vender para gringo que quiser, e podemos até baixar um pouco mais. Vamos fazer com a gasolina, vamos fazer com o nosso querosene. Agora, tudo isso é decisão política de investimento, porque se a gente ficar pensando apenas se a gente vai gastar ou não vai gastar, a gente não faria isso. E vamos fazer porque nós não queremos que a Petrobras seja exportadora de óleo cru, com o pré-sal. Nós queremos que ela exporte derivados de petróleo e, para isso, ele tem que ser padrão internacional, que gringo nenhum bote defeito, da melhor qualidade.

Nossa matriz energética... Eu já falei isso aqui também. Bem, nós já provamos, nós já provamos que somos capazes de conduzir políticas que reduzam, em larga escala e de forma rápida, as emissões de carbono e o desmatamento, e é preciso destacar que temos um compromisso vigoroso de reduzir em quase 40% as emissões, nos principais setores da economia.

Nós temos um problema, que na hora que a gente vai conseguindo controlar o desmatamento e a economia vai crescendo, nós vamos trocando a emissão pelo desmatamento, pela emissão industrial. E aí é preciso que a gente comece a fazer as coisas enquanto é tempo de fazer, para a gente



crescer junto, para a gente crescer industrialmente junto, a gente se desenvolver, mas para a gente poder também dar lição ao mundo de que nós sabemos fazer as coisas melhor do que eles fizeram.

Esse compromisso, como característica do nosso governo, nasceu do diálogo com amplos setores da sociedade, e conta com o suporte de estruturas estatais de planejamento e fiscalização cada vez mais sólidas e atuantes.

Meu caro companheiro Pinguelli,

Meus amigos e minhas amigas,

O conjunto de ações que anunciamos hoje possibilita ao Brasil chegar à Conferência de Cancún, em dezembro, com propostas concretas que poderão contribuir em muito para os esforços globais relativos à mudança do clima.

Assim como está determinado a agir, o Brasil também está decidido a cobrar a contribuição dos demais. Queremos resultados em Cancún e nos empenharemos para que a Conferência resulte num sólido compromisso entre nações.

Em Bali, há três anos, os governos do mundo assumiram o compromisso de realizar uma negociação ampla e relevante, que exige definir o segundo período de comprometimento do Protocolo de Quioto. Exige também gerar termos de comparação entre os compromissos de todos os países desenvolvidos e criar condições cooperativas para que os países em desenvolvimento possam maximizar suas ações, respeitando os princípios de responsabilidade comuns, porém diferenciadas.

A verdade é que estamos todos no mesmo barco, e apenas a solidariedade e a cooperação internacional nos permitirão vencer esses desafios. Cancún terá de ser... Cancún terá de ser uma etapa importante... A Tereza disse que Cancún vai ter uma exposição do Brasil estupenda, com muita coisa, é isso, Tereza? Quem não estava com vontade de ir, pode começar a ir a Cancun... se a Conferência não estiver muito boa, mas Cancún é sempre muito bom.



Bem, queridos companheiros e companheiras,

Eu queria terminar dizendo para vocês que nós vencemos uma etapa importante da discussão sobre a questão do clima, não só pela seriedade com que o Pinguelli dirigiu este Fórum, mas porque aos poucos nós vamos compreendendo que ninguém é melhor do que ninguém, que o governo não se tranca numa redoma de vidro, e acha que quem não concorda com o governo é contra o governo e que, portanto, o governo ia para reuniões como se fosse de forma preventiva, com aquele negócio que a polícia de choque usa para não tomar bordoadas, ou seja, para que não caísse um papelete na cabeça.

Então, eu acho que nós estamos em uma situação muito importante, que é a compreensão dos trabalhadores, a compreensão dos empresários, a compreensão do governo e a compreensão dos ambientalistas. As que nós estamos hoje compreendendo, que é a somatória da síntese de uma compreensão nossa sobre a questão do clima é que pode permitir que o Brasil consiga se transformar, definitivamente, em um país vanguarda na discussão da questão do clima. Nós perdemos o complexo de inferioridade, esse é um dado muito importante. Ninguém respeita quem não se respeita, e o Brasil se respeitando, o Brasil, vai muito longe. Se eles quiserem discutir água, nós discutimos; se eles quiserem discutir árvore, nós discutimos; se eles quiserem discutir qualquer bioma, nós discutimos; se eles quiserem discutir responsabilidade, nós discutimos.

Antigamente, antigamente, como é que funcionava? Muitos governantes convidavam companheiros do Brasil, ONGs - eu digo isso porque fui convidado muitas vezes - para falar mal do Brasil lá fora. Um tempo desse atrás, eu já era presidente da República, eu fui receber uma pessoa importante. Antes, ela tinha recebido lá quatro pessoas do Brasil, de segmentos diferentes, para falar do nosso governo.

Então, eu penso que nós não precisamos mais disso, companheiros. Nós temos maturidade, temos um acúmulo de experiências e mostramos



seriedade nessa questão do clima. Hoje, o Brasil tem mais a ensinar do que a aprender. Hoje o Brasil tem mais a exigir do que a conceder. E é com essa cabeça erguida, com muita vontade de fazer amigos, com muita vontade de construir um leque de forças em torno das melhores propostas, que a gente vai para Cancún. De cabeça erguida, orgulhosos de ser brasileiros, orgulhosos do sucesso que estamos encontrando na definição das nossas políticas, e orgulhosos de tudo que nós produzimos até agora.

E posso terminar dizendo para vocês: pode ter gente igual, mas mais orgulhosa do que nós, pelo que nós fizemos, eu duvido que neste momento tenha, no mundo, alguém que chegou próximo de nós nessa questão do clima. E, isso, nós devemos a vocês.

Muito obrigado.

(\$211 A)